

FATORES RELACIONADOS COM O USO DO CRÉDITO NAS EMPRESAS RURAIS DO PARANÁ*

David G. Francis
Luís Alberto Spezzini Reyes
Josué Leitão e Silva
Luiz Aurélio Raggi
Solon J. Guerrero**

1. INTRODUÇÃO

Os países em desenvolvimento têm-se preocupado com o aumento da produção do setor primário. Essa preocupação deve objetivar o enriquecimento do bem-estar material e social das populações rurais.

Na falta dessa intenção, o desenvolvimento rural tem beneficiado os agricultores maiores mais freqüentemente que os outros, nos países em desenvolvimento, em razão de sua melhor formação, do mais fácil acesso ao crédito e de outras qualidades, que faltam aos pobres, necessárias para responder, adequadamente, às novas oportunidades econômicas que a sociedade atual lhes oferece.

Para que esse desenvolvimento possa ser auto-suficiente, é indispensável que corresponda a uma agricultura que se mantenha a si mesma e que possa prover, com seus excedentes, de forma contínua, o financiamento das instalações de infra-estrutura e dos serviços de que carece (8).

Nesse sentido, SCHUH e ALVES (6) dizem que os esforços para desenvolver o setor agrícola deveriam ser dirigidos para a modernização e o aumento de sua produtividade, porque os acréscimos na produção de alimentos surgirão como decorrência do processo, e a melhoria da produtividade permitirá ao setor contribuir positivamente para o desenvolvimento geral.

Por outro lado, as principais orientações para o aumento dessa produção podem ser sintetizadas na concentração fundiária, para se alcançar uma economia de escala, com o aumento das unidades produtivas e com a transformação das pequenas unidades agrícolas de subsistência em verdadeiras empresas familiares, apoiadas por uma estrutura de oportunidades que permita aumentar sua produtividade e produção.

A orientação que visa à transformação das pequenas unidades em pequenas empresas tem como pressuposto que a mesma eficiência no uso dos fatores de produção pode ser alcançada pelas pequenas unidades, desde que a estrutura de

* Parte da tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, pelo segundo autor, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Extensão Rural, para obtenção do grau de «Magister Scientiae».

Recebido para publicação em 28-09-1977. Projeto n.º 4.1410 do Conselho de Pesquisa da U.F.V.

** Respectivamente, Professor do DER/ESA/U.F.V.; Técnico do Sistema de Extensão Rural, Governo do Paraguai, e Professores do DER/ESA/U.F.V.

oportunidades lhes seja tão favorável quanto o é para as grandes empresas.

As implicações de uma ou de outra, em termos sociais, políticos e econômicos, têm sido propaladas com muita freqüência em defesa de medidas de política agrícola que visem à ênfase numa ou noutra orientação. No entanto, estudos empíricos que possam comprovar as vantagens e as desvantagens de uma ou de outra são um tanto escassos.

1.1. *O Crédito Rural e a Política Agrária*

É notório que o baixo nível educacional e o uso das técnicas pelas populações rurais, aos quais se soma a escassez dos recursos financeiros, constituem barreiras à atuação dos agricultores das regiões subdesenvolvidas. Daí a preocupação dos governos com a ampliação e fortalecimento dos serviços de assistência técnica e financeira, com o propósito de habilitar e manter os empresários rurais mais ágeis quanto à adoção de novas técnicas, que permitam maior produtividade.

Para dar início a qualquer mudança, precisa-se de uma força propulsora. Nesse caso, o crédito é considerado instrumento econômico-financeiro estratégico, capaz de mudar aceleradamente a taxa de desenvolvimento agrícola das regiões subdesenvolvidas, funcionando como veículo incorporador de novos insumos nas funções tradicionais de produção (7).

Atualmente, para que a agricultura evolua tanto quanto a técnica e para que seja válida nos seus aspectos econômicos e sociais, exige-se, como condição básica, o eficiente respaldo do crédito, oportuno e adaptável às mais diversas circunstâncias da vida rural. Além disso, deve ser, simultaneamente, o elemento orientador quanto à melhor e mais conveniente condução dos problemas. Esse conjunto de fatores, do qual o crédito pode ser o agente propulsor, faz com que não se deva limitar à simples operação de financiamento, alheia às realidades técnico-econômicas da produção e às reações dos mercados interno e externos, mas ser parte integrante e por vezes decisiva do complexo da vida rural e suas inerências no mundo real.

Desse modo, o crédito agrícola tornou-se um dos instrumentos fundamentais de política dos países em desenvolvimento, junto às políticas de comercialização, preços, transportes, armazenamento e outras, que corroboram os seus resultados na aplicação do crédito por se comportarem com características de complementaridade (1).

1.2. *O Problema e sua Importância*

A elevação dos níveis de capitalização do agricultor não é tarefa simples, que depende apenas da opção do indivíduo. Ela pode ser de difícil execução e trazer consequências adversas, seja para o próprio fazendeiro, seja para a sociedade.

O crédito rural é considerado, hoje, como um dos fatores básicos de qualquer política relacionada com a produção da terra.

Em razão da sensibilidade especial quanto ao aumento e à justeza de sua aplicação, é freqüentemente considerado como faca de dois gumes, a que se atribuem os prejuízos e a má versão de seu emprego. Quando criteriosamente facultado e oportunamente utilizado, tem de ser considerado como uma das garantias da eficiência e rentabilidade da agricultura moderna, pois permite, ainda, o bem-estar social.

O ponto-chave para uma tomada de decisões a respeito do *quantum* e das finalidades é a produtividade do seu uso, a situação econômica do empresário ao contrá-lo, bem como suas situações variáveis. Essa última questão, que nem sempre é considerada, pode acarretar uma série de implicações, porque um mesmo tipo de empréstimo pode ser produtivo para uns e improdutivo para outros, fazendo crer que as características da empresa rural são obstáculos para o pleno emprego do crédito.

Do exposto, observa-se que, nas pesquisas realizadas, um problema está a exigir explicação: a distribuição do crédito em contrapartida com a produtividade das empresas.

Considerando que grande parte da população brasileira vive no meio urbano e que essa mesma população é pobre, pode-se afirmar ser importante para o País aumentar sua produção de alimentos, principalmente em termos de produtividade. Desse modo, pode-se considerar o crédito como um instrumento de fomento da produção, visando não só à melhoria da renda *per capita* do setor agrícola como

também ao bem-estar do consumidor. Esse aspecto deve ser devidamente considerado, porque o crédito não tem só função de produtividade agrícola mas também de promoção do desenvolvimento econômico das sociedades como um todo.

Essas e outras razões constituem as motivações para o presente estudo. Com ele, espera-se trazer alguns benefícios às políticas de crédito rural vigentes e subsídios a mudanças do sistema de produção, por propiciar levarem-se em consideração as diferenças entre a eficiência dos empreendimentos e os tipos de empresas e suas necessidades.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de dados secundários, coletados em duas microrregiões do Estado do Paraná: Colonial de Iriti e Extremo-Oeste.

Nesse sentido, não se podem esquecer certos fatos que contribuíram para o processo de colonização de uma das mais ricas áreas agrícolas do Brasil.

Assim, o Paraná, na tentativa de atrair imigrantes estrangeiros que desenvolveram influências desejáveis na colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, conseguiu incorporar à sua população, durante o período de 1829 até 1934, cerca de 116.000 imigrantes. Muitos deles se fixaram em pequenos núcleos isolados, localizados na porção meridional do Estado (4).

2.1. Microrregião Colonial de Iriti

A microrregião Colonial de Iriti, com uma população de 285.087 habitantes (3), está situada na porção meridional da faixa do segundo planalto e constituída por sete municípios. Caracteriza-se pela colonização eslava, que aí se fixou a partir do século passado. Apresenta uma agricultura diversificada, abrangendo as culturas de batatinha, cebola, milho, feijão e trigo, sendo a exploração da madeira e da erva-mate atividade ainda em destaque.

2.2. Microrregião Extremo-Oeste

A Microrregião Extremo-Oeste, com uma população de 1.557.425 habitantes (3), está situada no sudoeste do Estado, ao norte do rio Iguaçu, e é composta de dezenove municípios. É caracterizada por uma expansão demográfica formada por uma corrente de colonos descendentes de alemães e italianos, vindos dos Estados do sul, e de outra, do norte, principalmente paulistas. Encontram-se nessa microrregião, predominantemente, as culturas de soja e trigo, embora existam outras, como milho e feijão, e a produção de suínos, atividades muito importantes.

2.3. Definição da População

A população foi constituída por todos os empresários rurais com propriedades que variaram de 10,1 até 200 hectares. Foram eliminadas as propriedades menores de 10 hectares, por terem sido consideradas empresas com poucas possibilidades de investir em tecnologias química e mecânica, bem como as maiores de 200 hectares, por terem sido consideradas empresas com características diferentes das da maioria predominante nas microrregiões, conforme experiência local (5).

2.4. Amostragem

Da Microrregião Colonial de Iriti, constituída de sete municípios, foram intencionalmente selecionados, em razão das limitações de recursos, os municípios de Iriti, Rebouças e Rio Azul.

Da Microrregião Extremo-Oeste, composta de dezenove municípios, foram selecionados os de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Medianeira, pela mesma razão anteriormente assinalada.

A intencionalidade empregada na seleção dos municípios refere-se aos critérios de representatividade, proximidade e existência de escritórios da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), para permitir maior facilidade na localização dos empresários. Em consequência, foi usado «o método de amostragem baseado no julgamento de unidades-tipo» (2, p. 124).

A amostra foi obtida por seleção ao acaso, a partir das listas das propriedades

cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — 1965, porque a relação de 1972 não estava disponível na época da pesquisa. O tamanho da amostra foi fixado em um por cento da população (Quadro 1).

QUADRO 1 - Distribuição da amostra em relação ao total das propriedades em cada município. Estado do Paraná, ano agrícola 1972/73

Município	Propriedades de 10,1 até 200 ha		Amostra	
	Número	%	Número	%
Cascavel	4.328	21,72	20	15,38
Toledo	4.441	22,28	25	19,23
Mal. Cândido Rondon	4.967	24,92	27	20,78
Palotina	2.567	12,88	34	26,15
Medianeira	3.628	18,20	24	18,46
Irati	2.322	52,02	24	32,44
Rebouças	1.087	24,35	25	33,78
Rio Azul	1.055	23,63	25	33,78
TOTAL	24.345	100,00	204	100,00

FONTE: Cadastramento do INCRA - 1965, segundo RODACKI (5)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados mostrou que 38,0 por cento (Irati) e 27,0 por cento (Extremo-Oeste) das empresas estudadas são de subsistência, somando-se a esses valores 12,7 (Irati) e 21,6 por cento (Extremo-Oeste) que são comerciais.

Essa situação, ao que parece, deve-se ao surgimento de um mercado de varejo das terras agricultáveis do Extremo-Oeste, o qual gerou sua ocupação primária em grande escala. Esse fato originou a formação de uma sociedade que, começando do nada, aproveitou as vantagens das oportunidades econômicas, o que não ocorreu, no mesmo período de tempo, nas áreas mais antigas, como a Microrregião Colonial de Irati.

Por outro lado, em Irati, além das características topográficas pouco favoráveis para a mecanização, observa-se que as terras aptas para a lavoura estão nas mãos de uns poucos empresários, o que, de alguma forma, impede que a força de trabalho encontre a independência econômica, cultivando terras arrendadas ou provocando sua mobilidade espacial em busca de escassas oportunidades de emprego.

Entretanto, as novas áreas de colonização não foram ocupadas exclusivamente por pobres sem terra, senão por todas as classes sociais. Deve-se lembrar, também, que essas novas áreas não podem depender da mão-de-obra excedente, passando a competir com as regiões mais antigas, pagando salários substancialmente mais altos, oferecendo outras vantagens contratuais. Com frequência, o empresário busca atrair a escassa mão-de-obra, oferecendo um pedaço de terra para cultivo exclusivo de cada trabalhador ou, talvez, oferecendo participação nas colheitas a alguns de seus empregados. Esses diferentes mecanismos constituem degraus de escada que conduzem até a propriedade da terra. Mas não se deve esquecer o fato de que são efetivos somente em áreas de nova colonização.

Os testes demonstraram que, em ambas as microrregiões, as empresas comerciais estão participando significativamente mais do mercado que as familiares e as de subsistência. Os primeiros sintomas de transformação das empresas refletem-se na sua participação no mercado de produtos. A simples participação no mercado não trouxe à empresa nenhum benefício, no sentido econômico, pois esse benefício está condicionado ao valor do dinheiro recebido pelo empresário, aos preços dos produtos e ao total de unidades produzidas, os quais, por sua vez, dependem não só do tamanho do negócio como também da produtividade física. A participação desigual das empresas no mercado decorre, provavelmente, do desconhecimento desse mercado, como também da impotência de natureza econômica.

Na condição de empresas de subsistência, o empresário chega a ser quase que completamente autônomo — no sentido de produzir praticamente tudo o que necessita para sua subsistência — não chegando a participar significativamente do mercado. Assinala-se, como causa principal dessa autonomia, o equilíbrio da empresa, assentada sobre a terra e o trabalho do próprio empresário e sua família.

Com relação ao grau de diversificação das empresas, vale destacar que, no Extremo-Oeste, 50,3 por cento das empresas são altamente diversificados. Entretanto, em Iratí, esse valor é de apenas 22,6 por cento. Isto indica que por meio de uma adequada combinação de empreendimentos poderá ser obtido pleno uso dos recursos disponíveis, entre eles a mão-de-obra, evitado o problema social e econômico do desemprego estacional.

Em termos de tamanho e volume dos negócios da empresa, pode-se dizer que as empresas familiares (Iratí) e as de subsistência (Extremo-Oeste) superam as demais categorias de empresas, porque são maiores em área e em volume de capital circulante. Com relação a esse último fator, no Extremo-Oeste as empresas familiares superam as de subsistência. Essa classificação deverá ser observada com o propósito de estender e intensificar o emprego de capital nas empresas para aumentar a produtividade do trabalho, sem esquecer o papel fundamental desempenhado pelas proporções dos fatores como elementos essenciais no processo de desenvolvimento.

Dentro dos níveis empresariais estudados, uma comparação, relativamente ao nível de tecnologia, destacou as empresas comerciais e familiares como as que empregam mais insumos e técnicas agrícolas em relação às de subsistência, e, ainda, as familiares não diferiram significativamente das comerciais, em ambas as microrregiões. Isto era esperado, porque as empresas familiares e comerciais empregam mais intensivamente os recursos disponíveis, demandando um nível mais alto de tecnologia.

A injeção creditícia tem beneficiado mais as empresas familiares de Iratí e as comerciais do Extremo-Oeste (Quadro 2), o total de diferença recebido sendo 5,5 por cento a mais que o da Microrregião de Iratí, o que indica uma participação maior no mercado, especialização da própria empresa e conjugação de um número muito maior de variáveis para serem controladas. Tudo isso como consequência do compromisso assumido para o reembolso do empréstimo, o que leva os agricultores a repensar o negócio em outras bases, condicionando-os a agir em novos moldes e provocando a transformação da empresa. Observa-se um impacto maior ainda ao se comprovar que 14,8 por cento e 26,7 por cento das empresas de subsistência de Iratí e do Extremo-Oeste, respectivamente, usaram crédito, o que indica, além da gradativa integração na economia de mercado, que todo o processo de transformação gera novas oportunidades para o empresário, para sua família e para a comunidade da qual faz parte ativa.

Da análise da rentabilidade dos recursos terra, capital e mão-de-obra, empregados pelas empresas usuárias e não-usuárias de crédito, conclui-se que, entre as microrregiões, as categorias de empresas que melhor responderam aos estímulos conjunturais na utilização do crédito foram as empresas comerciais de Iratí e as de subsistência do Extremo-Oeste. Porém, entre as não-usuárias de crédito, mostraram-se mais eficientes, em ambas as microrregiões, as empresas de categoria familiar. Esses resultados exigem uma explicação, especificamente entre as empresas usuárias do Extremo-Oeste, porque aí as de subsistência foram as que melhor responderam aos estímulos conjunturais quanto à utilização do crédito para custear. Essa diferença foi facilitada pelas condições materiais. Com isso fica demonstrado uma vez mais o papel desempenhado pela proporção dos fatores.

Em ambas as microrregiões as variáveis do modelo explicaram, com uma diferença significativa, a variação da margem bruta das empresas usuárias de crédito.

QUADRO 2 - Distribuição percentual das empresas das microrregiões Colonial de Iratí e do Extremo-Oeste, segundo o uso do crédito institucional e a categoria de empresas. Estado do Paraná, ano agrícola 1972/73

Categorias de Empresas	Uso de Crédito Institucional						Total %
	Microregião Colonial de Iratí	Microregião Extremo-Oeste	Não utilizou	Utilizou	Sub-total	Crédito (Média) cia	
Subsistência	14,8	85,2	(27)	2600	6	26,7	73,3 (30) 9988 2 31,3 (57)
Familiar	40,0	60,0	(35)	1379	4	35,1	64,9 (57) 7524 3 50,6 (92)
Comercial	33,3	66,7	(9)	2377	5	45,8	54,2 (24) 9991 3 18,1 (33)
TOTAL	29,6	70,4	(71)	2119	5	35,1	64,9 (111) 9168 3 100,0 (182)
	(21)	(50)	-	-	-	(39)	(72) - - - -

FONTE: Dados da pesquisa. Os números entre parênteses são os números de observações da amostra.

to, o que parece encontrar uma explicação nas seguintes conclusões:

— o modelo proposto ajustou-se bem para Irati, mas não para o Extremo-Oeste, o que sugere que o estudo da ação empresarial exige diferentes variáveis para poder explicar um mesmo comportamento em diferentes regiões, em razão de situações diferentes pelas quais o empresário se orienta e age;

— as condições materiais ou recursos, sobre as quais os empresários exercem controle, mostraram-se mais importantes para explicar a variação da margem bruta das empresas não-usuárias de crédito, em ambas as microrregiões. Isto era de esperar, porquanto as empresas não-usuárias de crédito produzem aquilo que estão aptas a produzir em quantidades cujo consumo se sabia estar antecipadamente assegurado;

— as condições pessoais dos empresários, em ambas as microrregiões, destacaram-se na explicação da variação da margem bruta das empresas usuárias de crédito, particularmente em Irati, onde chegaram a explicar 57,4 por cento, contra 13,3 por cento no Extremo-Oeste. As condições pessoais que mais se destacaram em Irati foram a motivação para a realização de empreendimentos, o cosmopolitismo e a atitude com relação a mudanças. No Extremo-Oeste, foram a escolaridade, a idade e atitude com relação a mudanças. Isto era esperado, porquanto as empresas usuárias de crédito devem submeter-se ao cumprimento de um plano de trabalho e de outros compromissos, que exigem do empresário aptidão, qualidades pessoais e conhecimentos gerais que lhe permitirão combinar, dosar, aplicar e movimentar os fatores capital e trabalho no sentido de conseguir extrair deles o melhor resultado possível;

— as condições sociais também se mostraram mais relevantes na explicação da variação da margem bruta das empresas usuárias de ambas as microrregiões, destacando-se as variáveis nível de alienação e solidariedade, em Irati, assim como os contatos com fontes pessoais de informação técnica, essa última relevante também no Extremo-Oeste;

— as significativas diferenças encontradas entre uma microrregião e outra parecem ter explicação na ausência de um perfil definido nas características físicas dos empresários do Extremo-Oeste.

Conclui-se que as características das empresas rurais, como tamanho/volume, condições do solo e tipos de empreendimentos, não são os obstáculos mais importantes ao pleno emprego do crédito, como o são as condições pessoais e sociais dos empresários.

4. RESUMO E CONCLUSÕES

Pesquisas econômicas realizadas no País têm demonstrado que o aumento da produção e da produtividade do setor primário pelo uso do crédito rural não é tarefa simples, que dependa apenas de opção do empresário rural. Às vezes chega a ser de difícil execução para as instituições encarregadas, trazendo consequências adversas, seja para o próprio empresário, seja para a sociedade, estando a exigir uma explicação satisfatória para aquele setor da economia nacional.

Outros fatores, talvez de natureza pessoal ou social, estão influindo nesse relacionamento, além da estrutura financeira, a qual, ao que tudo indica, não está se comportando a contento, com relação ao pequeno proprietário. Em razão da natureza desse estudo, ele poderá trazer benefícios à política governamental, porque se propõe encontrar as razões ou motivos desses resultados nos diversos tipos de empresas rurais.

A pesquisa foi realizada nas Microrregiões de Irati e do Extremo-Oeste do Paraná, com base em dados secundários, levantados no ano agrícola 1972/73. A amostra constou de 182 proprietários.

Os objetivos desta pesquisa foram: identificar os níveis empresariais e estabelecer comparação em relação ao uso da terra, indicando aquelas variáveis que têm respondido melhor aos estímulos conjunturais na utilização do crédito. Por outro lado, comparar, em âmbito regional, usuários e não-usuários de crédito para custeio, a fim de identificar os fatores associados à eficiência econômica das empresas.

Os resultados encontrados, a partir do esquema de análises utilizadas, sugerem as seguintes principais conclusões:

— Das empresas estudadas em Irati e no Extremo-Oeste, 38,0 por cento e 28,0 por cento são de subsistência; 49,3 por cento e 51,4 por cento são familiares; e 12,7

por cento e 21,6 por cento são comerciais, respectivamente, o que se reflete nas condições de estagnação e desenvolvimento de ambas as microrregiões.

— Os níveis empresariais que melhor responderam aos estímulos conjunturais na utilização do crédito para custeio foram as empresas comerciais de Iriti e as de subsistência do Extremo-Oeste. Porém, entre as não-usuárias de crédito, mostraram-se mais eficientes, em ambas as microrregiões, as empresas familiares.

— Na avaliação, verificou-se que as características das empresas, como tamanho/volume ou condições materiais, não são os obstáculos mais importantes ao pleno emprego do crédito, como o são as condições pessoais e sociais do empresário.

5. SUMMARY

Economic studies conducted in Brazil have demonstrated that increasing production and productivity through the use of credit in the agricultural sector is not a simple task involving only the farmer as an individual decision maker. The complex planning involved risks producing negative consequences for the institutions providing the credit as well as for the farmers supposedly benefitted.

The present research was conducted in two «microrregions» of the State of Paraná. The secondary data used had been collected in the 1972-73 agricultural year.

Objectives of the research were to identify 'farmers' levels of empresarial development and determine the characteristics most closely associated with the use of credit. To compare indices of efficiency both users and non-users of credit were examined.

— Among the farms studied, 38 percent in the county of Iriti and 28 percent in Extreme Oeste were subsistence in nature; 49.3 percent and 51.4 percent respectively were family farms; and 12.7 percent and 21.6 percent respectively were commercial.

— Farms found best able to respond to credit incentives (among those using credit) were the commercial establishments in Iriti and subsistence farmers in Extreme Oeste. For non-users, however, most potential was found among the family farms of both areas.

— It was verified that characteristics of the farm such as size or financial conditions were not as relevant as obstacles in the use of credit as were personal and social conditions of the farmer himself.

6. LITERATURA CITADA

1. BARROS, G.S. de C. *Análise econômica de fatores relacionados com o uso do crédito rural no município de Piracicaba, SP, 1969/70*. Piracicaba, USP/ESALQ, 1973. 146 p. (Tese M.S.).
2. BENZA, J.C. *Introducción a la estadística*. Lima, Peru, Jurídica, 1969. 239 p.
3. BRASIL. Instituto Brasileiro de Estatística. *VII Recenseamento Geral de 1970-Paraná*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1973. 807 p.
4. NICHOLLS, W.H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 26: 19-53. 1971.
5. RODACKI, U.E. *Componentes individuais, estruturais, geofísicos e econômicos, associados ao nível tecnológico, em duas regiões de diferentes estágios de desenvolvimento do Estado do Paraná*. Viçosa, U.F.V., Imprensa Universitária, 1973. 100 p. (Tese M.S.).
6. SCHUH, G.E. & ALVES, E.R. *O desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1971. 369 p.
7. SILVA, Z.P. da. *Uso e eficiência do crédito rural e dos fatores de produção. Jardinópolis e Guairá, SP, 1971/72*. Piracicaba, USP/ESALQ, 1973. 140 p. (Tese M.S.).

8. WATERSTON, A. Un modelo viable para el desarrollo rural. *Finanzas y desarrollo*, Cali, 11(4): 22-25. 1974.